



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE
CARGOS DA CARREIRA TÉCNICO-
ADMINISTRATIVA EM EDUCAÇÃO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)
Auditor

1/3



Data da aplicação: 30/01/2022

CADERNO DE PROVA - TIPO (1)

Nome: _____

Número do documento de identidade: _____ - _____

Número de Controle: **9096**
Sala: **EXTR**

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES, ANTES DE INICIAR A PROVA

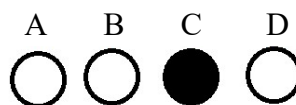
1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Confira atentamente seus dados pessoais transcritos acima.

- 1.2. Verifique se o Caderno de Provas contém 60 (sessenta) questões de múltipla escolha. Se este estiver incompleto ou apresentar qualquer defeito, informe ao fiscal para que sejam tomadas as devidas providências.
- 1.3. A prova terá duração de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação – que será feita no decorrer da prova - e ao preenchimento da folha de resposta.
- 1.4. Não é permitido fazer perguntas durante a prova. Caso necessite de esclarecimento, levante o braço e aguarde o fiscal.
- 1.5. Só será permitido levar o Caderno de Prova a partir dos últimos 30 (trinta) minutos que antecedem o horário previsto para a conclusão da prova.
- 1.6. Não é permitido copiar suas respostas por qualquer meio.
- 1.7. Use caneta esferográfica azul ou preta para preencher sua folha de respostas.

2. CUIDADOS AO MARCAR A FOLHA DE RESPOSTAS

- 2.1. **Existe mais de um tipo de prova. Verifique atentamente se o tipo indicado na folha de resposta corresponde ao tipo de prova que você recebeu. Caso haja divergência, comunique ao fiscal.**
- 2.2. A folha de respostas não poderá ser substituída por erro do candidato.
- 2.3. Assinale sua resposta de modo que fique bem visível, conforme o exemplo abaixo:



- 2.4. Ao terminar a prova, verifique cuidadosamente se passou todas as suas respostas para a folha de respostas.
- 2.5. Fatores que anulam uma questão:
 - 2.5.1. questão sem alternativa assinalada;
 - 2.5.2. questão com rasura;
 - 2.5.3. questão com mais de uma alternativa assinalada.

OBSERVAÇÕES:

- I - O gabarito será divulgado no *site* <https://www.ufc-concursos.com.br/>, a partir do segundo dia útil imediatamente após a realização das provas.
- II - Outras informações relativas ao concurso estão disponíveis no endereço eletrônico: <https://www.ufc-concursos.com.br/>.

LÍNGUA PORTUGUESA

SEREMOS TODOS TELEFONES (João Ubaldo Ribeiro)

1 Esse negócio de Google tirou a graça de muitas coisas. E dificultou a vida dos que mourejam nas letras, obrigados por
2 profissão e ganha-pão a escrever com regularidade, fazendo o que podem para atrair o interesse de leitores e mostrar
3 serviço, pois bem sabem que a mão que afaga é a mesma que apedreja e o quem-te-viu-quem-te-vê será o destino
4 inglório daqueles que dormirem no ponto. Antes do Google, o esforçado cronista recorria a almanaques e enciclopédias e
5 deles, laboriosamente, extraía novidades para motivar ou adornar seu texto. Agora todo mundo pode fazer isso num par
6 de cliques. Além do mais, o cronista podia também exhibir-se um pouco, o que talvez trouxesse algum benefício ao
7 combalido Narciso que carrega n'alma, além de realçar-lhe a reputação. Somente alguns poucos, entre os quais ele, tinha
8 tal ou qual informação, ou lembrava certos pormenores, em relação ao assunto comentado. O Google acabou com isso e
9 quem hoje em dia chegar ao extremo de escrever algo do tipo "você sabia?" se arrisca a desmoralização instantânea.
10 Mesmo consciente desses perigos, ousou dizer que a maior parte de vocês não sabia que hoje é o dia do telefone. Eu por
11 acaso sabia e me lembrei assim que vi a data no calendário. E também já sabia de uma porção de coisas adicionais,
12 inúteis mas talvez vistosas. Tudo isso, juro que é verdade, sem recorrer ao Google. Faz mais tempo que eu gostaria de
13 admitir, escrevi um trabalho escolar sobre Alexander Graham Bell, o inventor do telefone, e não me esqueci de fatos
14 importantíssimos. Para começar, Bell não era americano, como geralmente se pensa; era escocês. E, se vocês pasmaram
15 com esta, pasmem com a próxima: nos primeiros telefones, não se falava e escutava ao mesmo tempo, era como nos
16 walkie-talkies dos filmes de guerra americanos e os interlocutores tinham que dizer "câmbio", ao terminarem cada fala.
17 E, sim, D. Pedro II garantiu o papel do Brasil no sucesso da invenção. Os historiadores americanos lembram como Sua
18 Majestade, durante uma feira internacional em Filadélfia, ficou estupefato com o novo aparelho e exclamou: "Meu Deus,
19 isto fala!". Parece que ele botou mais fé na novidade que os americanos, porque o presidente americano Rutherford B.
20 Hayes declarou mais tarde que se tratava de um aparelho interessante, mas sem nenhuma utilidade. D. Pedro ganhou um
21 e as centrais telefônicas começaram a se instalar no Brasil, notadamente no Rio de Janeiro e, segundo eu li, tinham o
22 hábito de pegar fogo com grande frequência. O coronel Ubaldo, meu avô, como vários de seus contemporâneos, na hora
23 de falar no telefone, botava o paletó e passava a mão na careca, parecendo ajeitar uma cabeleira invisível e, depois que
24 contaram a ele que funcionava com eletricidade, acho que nunca mais tocou em nenhum.
25 E mais sensacionais revelações eu teria a fazer, mas suspeito que todas podem ser achadas no Google, para quem for
26 suficientemente obsedado. O que não se acha no Google são minhas memórias pessoais em relação ao telefone. A
27 primeira lembrança é o telefone lá de casa, quando morávamos em Aracaju. Se não me engano, o número era 631 e o
28 aparelho ocupava um espaço solene, no corredor de entrada. Recordo as duas enormes baterias, com o formato de pilhas
29 de lanterna, mas muito maiores. Pegava-se o fone, rodava-se a manivela e falava-se com a telefonista, para pedir a
30 ligação. Nessa época, Salvador já tinha telefones automáticos, parecidos com os que a gente via no cinema e com um
31 número enorme. O da casa de meu tio Cecéu, por exemplo, era 8521 e eu causava grande inveja em meus colegas de
32 Aracaju, quando dizia que meu telefone em Salvador tinha esse numerão - e sem telefonista.
33 Já as ligações interurbanas eram um problema, mesmo em Salvador ou qualquer outra cidade. Nem sempre se conseguia
34 e o telefonema tinha que ser programado com muita antecedência. Às vezes, esperava-se o dia inteiro pela ligação.
35 Quando a conversa se iniciava, as vozes se perdiam numa fanfarra de zumbidos, estalos, pequenos estampidos e ruídos
36 de toda espécie, em que os telefonadores se esgoelavam em gritos altos e palavras repetidas aos berros. Era inevitável a
37 suspeita, em alguns casos convicção, de que seria mais eficaz chegar à janela e soltar esses berros na direção da cidade
38 para onde se telefonava, levando o papo diretamente no gogó, sem precisar de nenhum aparelho. Pois é, nada como um
39 dia depois do outro. Ainda passei por mentiroso, quando, regressado ao Brasil depois de uma longa temporada nos
40 Estados Unidos, contei que o sujeito em Los Angeles discava diretamente para Nova York, na outra ponta do país, a
41 ligação se completava como se fosse local e se ouvia perfeitamente a voz do lado de lá. Estabelecia-se um silêncio
42 constrangido entre os ouvintes e não eram raros comentários elogiando minha fértil imaginação de romancista. O curioso
43 é que lá eu também passava pela mesma situação, quando contava que, no Brasil, havia gente que esperava a instalação
44 de um telefone durante décadas e as linhas eram valorizadas como excelente investimento e deixadas como herança. Por
45 fim, chegaram os celulares e tablets. Tem gente que não larga o celular nem no chuveiro e dizem que já é até um
46 acessório sexual indispensável para muitos. Creio que, no futuro próximo, os recém-nascidos, ainda na maternidade,
47 terão vários chips implantados no cérebro e serão conectados antes de aprenderem a falar, talvez numa rede social
48 especializada. Um chip, secretamente instalado no celular do cônjuge infiel, mostrará à parte corneada o endereço exato
49 do motel onde o (a) sem-vergonha prevarica. Um aplicativo ora sendo aperfeiçoado saberá, por sutis alterações na voz,
50 quando quem fala está mentindo. Realiza-se o sonho de não passarmos de uma colmeia toda interligada, em que não
51 haverá vida privada. Feliz dia do telefone para todos.

Jornal O Estado de S. Paulo, 10 de março de 2013 | 02h13

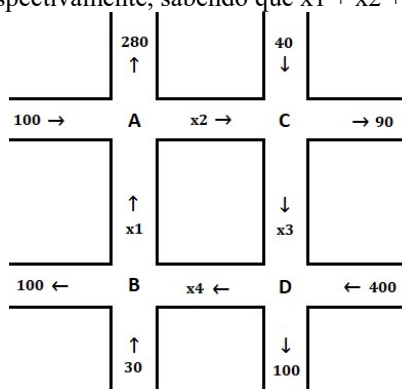
01. Assinale a opção que transcreve uma passagem em que o autor descreve suas memórias ligadas ao telefone.
- A) "...o esforçado cronista recorria a almanaques e enciclopédias e deles, laboriosamente, extraía novidades para motivar ou adornar seu texto." (ℓ. 4-5)
- B) "Mesmo consciente desses perigos, ousou dizer que a maior parte de vocês não sabia que hoje é o dia do telefone." (ℓ. 10)
- C) "Já as ligações interurbanas eram um problema, mesmo em Salvador ou qualquer outra cidade." (ℓ. 34)
- D) "Tem gente que não larga o celular nem no chuveiro e dizem que já é até um acessório sexual indispensável para muitos." (ℓ. 46-47)

- 02.** Selecione a alternativa que ilustra a seguinte conclusão do cronista: “Realiza-se o sonho de não passarmos de uma colmeia toda interligada, em que não haverá vida privada.” (ℓ. 51-52)
- A) “O Google acabou com isso e quem hoje em dia chegar ao extremo de escrever algo do tipo “você sabia?” se arrisca a desmoralização instantânea.” (ℓ. 8-9)
- B) “E mais sensacionais revelações eu teria a fazer, mas suspeito que todas podem ser achadas no Google, para quem for suficientemente obsedado.” (ℓ. 26-27)
- C) “Um chip, secretamente instalado no celular do cônjuge infiel, mostrará à parte corneada o endereço exato do motel onde o (a) sem-vergonha prevarica.” (ℓ. 49-50)
- D) “Por fim, chegaram os celulares e tablets.” (ℓ. 45-46)
- 03.** O vocábulo *lhe*, no período “Além do mais, o cronista podia também exibir-se um pouco, o que talvez trouxesse algum benefício ao combalido Narciso que carrega n'alma, além de realçar-lhe a reputação.” (ℓ. 6-7), classifica-se como:
- A) Pronome oblíquo de realce.
- B) Objeto oblíquo de interesse (pleonástico).
- C) Pronome oblíquo com valor semântico de pronome possessivo.
- D) Pronome oblíquo enfático (do objeto direto).
- 04.** Faça a correspondência entre a coluna da direita e a da esquerda, relacionando as palavras que melhor expressem o sentido do texto.
- | | |
|------------------------|------------------------|
| (1) Mourejam (ℓ. 1) | () Cansado, exaurido, |
| (2) Combalido (ℓ. 7) | () Obcecado |
| (3) Estupefato (ℓ. 19) | () Labutam, trabalham |
| (4) Obsedado (ℓ. 27) | () Perplexo |
- Indique a alternativa correta:
- A) 2, 3, 4, 1.
- B) 3, 1, 4, 2.
- C) 2, 4, 1, 3.
- D) 4, 1, 2, 3.
- 05.** Considerando a justificativa para a acentuação das seguintes palavras retiradas do texto: *inúteis*, *escocês*, *próxima*, *décadas*, *avô*, *cérebro*, *recém*, *hábito*, *cônjuge*, indique a alternativa correta.
- A) Põe-se acento agudo em todos os monossílabos tônicos e nas palavras oxítonas terminadas em: a, e, o, u.
- B) Acentuam-se todas as palavras proparoxítonas, as paroxítonas terminadas em -i, -is, -eis e todas as oxítonas terminadas em: a, e, o, em, ens.
- C) São acentuadas todas as palavras paroxítonas terminadas em ditongo decrescente e todas as oxítonas terminadas em: i, o, u, em.
- D) São acentuadas todas as palavras paroxítonas terminadas em hiato, todas as proparoxítonas e todas as oxítonas terminadas em: i, o, u, em.
- 06.** No trecho: “...o quem-te-viu-quem-te-vê será o destino inglório daqueles que dormirem no ponto.” (ℓ. 3-4), a utilização do artigo definido sublinhado instaura um processo que pode ser descrito como:
- A) inclusão na classe do substantivo.
- B) distinção entre palavras da mesma classe.
- C) relação de indeterminação.
- D) relação entre gênero e espécie.
- 07.** Observe a concordância verbal no trecho: “...ousou dizer que a maior parte de vocês não sabia que hoje é o dia do telefone” (ℓ. 10) e marque a alternativa em que a concordância está correta, do ponto de vista da norma culta.
- A) Nem um nem outro obtiveram o primeiro lugar
- B) Fazem dois anos que estudo para o concurso.
- C) Tratam-se de critérios de desempate.
- D) Apenas 20% dos candidatos não participaram da prova.
- 08.** Em narrativas literárias, em notícias e reportagens é comum apresentar-se a fala ou o pensamento de personagens, de forma direta, por meio de um verbo *dicendi*. Marque a alternativa que apresenta um exemplo desse recurso usado no texto.
- A) “...escrever algo do tipo “você sabia?” (ℓ. 9)
- B) “...exclamou: “Meu Deus, isto fala!” (ℓ.19-20)
- C) “declarou mais tarde que se tratava de um aparelho interessante...” (ℓ. 21)
- D) “depois que contaram a ele que funcionava com eletricidade...” (ℓ. 24-25)

09. Assinale a alternativa correta quanto à classificação das orações sublinhadas nos períodos: “Mesmo consciente desses perigos, ousei dizer que a maior parte de vocês não sabia que hoje é o dia do telefone. (ℓ. 10). “A primeira lembrança é o telefone lá de casa, quando morávamos em Aracaju. (ℓ. 27-28)
- A) Oração subordinada substantiva objetiva direta; oração principal; oração subordinada adverbial temporal.
B) Oração subordinada substantiva subjetiva; oração subordinada adjetiva restritiva; oração principal.
C) Oração subordinada substantiva objetiva direta; oração subordinada substantiva objetiva direta, oração principal.
D) Oração principal; oração subordinada substantiva subjetiva, oração subordinada adverbial temporal.
10. Identifique a alternativa correta quanto à classificação de **a**, no trecho “...botava o paletó e passava a mão na careca, parecendo ajeitar uma cabeleira invisível e, depois que contaram **a** ele que funcionava com eletricidade...” (ℓ. 24-25)
- A) Artigo definido, preposição.
B) Preposição, artigo definido.
C) Artigo definido, pronome demonstrativo.
D) Pronome pessoal, preposição.
11. Assinale a alternativa em que é correto o uso da crase, tal como nos trechos: “Às vezes, esperava-se o dia inteiro pela ligação. (ℓ. 35); “...seria mais eficaz chegar à janela...” (ℓ. 38)
- A) Foram usados todos os recursos para enfrentar a pandemia.
B) Vou à Brasília todos os meses.
C) O servidor já começou a cumprir o estágio probatório.
D) Esta é lei a qual o chefe se referiu.
12. No trecho: “Era inevitável a suspeita, em alguns casos convicção, de que **seria** mais eficaz chegar à janela e **soltar** esses berros na direção da cidade para onde se telefonava....” (ℓ. 37-39), indique a alternativa correta em relação ao emprego dos verbos sublinhados, quanto à predicação verbal, na ordem em que aparecem.
- A) Verbo transitivo direto; verbo intransitivo.
B) Verbo de ligação; verbo transitivo direto.
C) Verbo transitivo indireto; verbo transitivo indireto.
D) Verbo intransitivo; verbo transitivo indireto.
13. No uso da língua, muitas palavras assumem novos significados, e acabam sendo incorporadas à linguagem coloquial por sua expressividade. A crônica em estudo recorre ao uso de expressões populares e à gíria, para gerar efeito humorístico. Assinale a opção que transcreve uma passagem do texto em que se observa o uso da gíria.
- A) “E dificultou a vida dos que mourejam nas letras...” (ℓ.1)
B) “...a mão que afaga é a mesma que apedreja.” (ℓ. 4)
C) “...será o destino inglório daqueles que dormirem no ponto.” (ℓ. 3-4)
D) “...nada como um dia depois do outro. (ℓ. 39-40)
14. Marque a alternativa correta, quanto à justificativa para o uso da vírgula, nos trechos sublinhados, no período seguinte: “O coronel Ubaldo, **meu avô**, como vários de seus contemporâneos, **na hora de falar no telefone**, botava o paletó e passava a mão na careca, parecendo ajeitar uma cabeleira invisível e, **depois que contaram a ele que funcionava com eletricidade**, acho que nunca mais tocou em nenhum.” (ℓ. 23-25).
- A) Usa-se a vírgula para isolar o vocativo e orações subordinadas adjetivas restritivas.
B) Usa-se a vírgula para separar o aposto e orações subordinadas adverbiais, principalmente quando antepostas à principal ou intercaladas.
C) Usa-se a vírgula para separar o vocativo e orações coordenadas assindéticas.
D) Usa-se a vírgula para isolar orações coordenadas e reduzidas.
15. Marque a alternativa correta quanto à classificação dos termos das orações que compõem o período seguinte: “O da casa de meu tio Cecéu, por exemplo, era **8521** e eu causava **grande inveja** em meus colegas de Aracaju, quando dizia que meu telefone em Salvador tinha **esse numerozão** - e sem telefonista.” (ℓ. 32-33).
- A) Sujeito – Predicativo - Adjunto Adverbial.
B) Adjunto Adverbial – Objeto direto – Complemento Nominal.
C) Predicativo – Objeto direto – Objeto direto.
D) Objeto Direto – Complemento Nominal – Objeto Indireto.
16. Marque a alternativa em que todos os verbos estão no modo indicativo.
- A) “Agora todo mundo pode fazer isso num par de cliques.” (ℓ. 5-6)
B) “Eu por acaso sabia e me lembrei assim que vi a data no calendário.” (ℓ.11)
C) “...os interlocutores tinham que dizer “câmbio”, ao terminarem cada fala.” (ℓ. 16)
D) “... passava a mão na careca, parecendo ajeitar uma cabeleira invisível.” (ℓ. 24).

RACIOCÍNIO LÓGICO E QUANTITATIVO

17. Considere a soma $S = 1 + 7/10^2 + 7/10^3 + 7/10^4 + 7/10^5 + \dots$. Marque a alternativa que corresponde ao valor de S.
- A) 977/90.
 B) 97/90.
 C) 17/15.
 D) 177/90.
18. Uma floricultura possui cravos e tulipas, sendo que há 5 cores distintas de cravos e 6 cores distintas de tulipas, dentre elas cravos vermelhos e tulipas brancas. Quantas são as opções da floricultura para montar um arranjo floral constituído de 3 cravos de cores distintas e 3 tulipas de cores distintas, de forma que cravos vermelhos e tulipas brancas não sejam escolhidos?
- A) 40.
 B) 30.
 C) 20.
 D) 50.
19. Considere a matriz $A = (a_{ij})_{4 \times 4}$, com $i, j \in \{1, 2, 3, 4\}$, onde $a_{ij} = i + j$, para $i > j$, e $a_{ij} = 0$, para os demais casos. Qual o menor valor de n tal que A^n seja a matriz nula?
- A) 2.
 B) 3.
 C) 4.
 D) 5.
20. Em uma certa cidade, dois conjuntos de ruas de mão única se interceptam, como mostra a figura abaixo. O volume horário de tráfego entrando e saindo dessa região em um dado momento do dia é dado na figura. Determine os valores dos volumes de tráfego nas seções x_1, x_2, x_3 e x_4 , respectivamente, sabendo que $x_1 + x_2 + x_3 + x_4 = 1.260$.



- A) 200, 350, 290 e 420.
 B) 300, 280, 190 e 490.
 C) 400, 220, 170 e 470.
 D) 500, 180, 200 e 380.
21. Uma fábrica de bolsas produz, em média, 380 unidades por dia. Sabendo que a variância do número de bolsas por dia vale 80, pode-se afirmar, usando a Desigualdade de Chebyshev, que a probabilidade de que o número de unidades fabricadas em um dia fique entre 340 e 420 é, no mínimo:
- A) 92%.
 B) 93%.
 C) 94%.
 D) 95%.
22. A senha de um cofre digital é composta por 5 dígitos distintos. O proprietário acabou esquecendo a combinação para a sua abertura, mas lembra que o primeiro dígito vale 2 e que o número 8 aparece em alguma posição. Há quantas possibilidades para a senha?
- A) 749.
 B) 863.
 C) 986.
 D) 1.008.

23. Uma imobiliária, em uma pesquisa, utiliza um indicador do grau de interesse para compra de novos apartamentos para avaliar a situação de seu portfólio de possíveis compradores. O indicador é calculado para cada integrante do portfólio, sendo que quanto maior o valor do indicador maior as chances de compra dessa pessoa. A imobiliária possui uma amostra de 350 clientes do portfólio e a tabela resume o resultado da pesquisa. Supondo que os dados estejam uniformemente distribuídos em cada classe, aproximadamente, qual a média e a mediana, respectivamente, do grau de interesse dos clientes dessa amostra?

Grau de Interesse	n_i	$f_i \times 100$	$F_i \times 100$
0 -- 5	120	34,29	34,29
5 -- 10	100	28,57	62,86
10 -- 15	80	22,86	85,72
15 -- 20	50	14,29	100
Total	n = 350		

Notação:

n_i : frequência absoluta (contagem) da classe i ;

f_i : frequência relativa (proporção) da classe i ;

F_i : frequência (relativa) acumulada da classe i .

- A) 8,36 e 7,75.
B) 7,45 e 6,44.
C) 6,88 e 5,62.
D) 5,96 e 5,80.

24. Uma certa cidade, a cada dois anos, elege por votação individual de seus moradores a melhor queijaria da cidade. Um candidato encomendou uma pesquisa de rua para determinar a proporção p de votos que receberá na próxima eleição ($0 \leq p \leq 1$). Usando a Desigualdade de Chebyshev, qual a estimativa do número mínimo de pessoas entrevistadas para que estejam pelo menos 96% seguros de que o valor p tenha sido determinado com erro inferior a 0,08? Assuma que as decisões individuais de cada eleitor são independentes.

- A) 856.
B) 977.
C) 991.
D) 1.011.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

25. A União repassou recursos para o município X no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para a construção de uma escola pública. O Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu pela realização de auditoria na obra, após 2 (dois) meses do início da execução. Em relação à competência do TCU, nesta situação, é correto afirmar que:

- A) o Tribunal pode instalar tomada de contas especial a partir de fiscalização da Controladoria Geral da União no local, carecendo de competência para instalação própria do procedimento.
B) a empresa privada contratada para a execução da obra da escola se inclui entre os responsáveis pela regular aplicação dos recursos repassados.
C) o prefeito do Município "X", mesmo na condição de ordenador de despesa, não figura dentre as autoridades passíveis de responsabilização, visto caracterizar-se como agente político.
D) em nenhuma hipótese, o auditor da prefeitura do Município "X" pode ser responsabilizado pelo TCU, visto não se enquadrar como agente na execução da obra.

26. Considere a seguinte situação hipotética: determinada Instituição de Ensino Superior (IES) resolveu realizar licitação para compra de 01 (um) veículo para o transporte escolar *intercampi*. No dia 1/7/2021, foi lançado o edital e a previsão da abertura dos envelopes das propostas de preços ocorreu após 30 dias. Durante a fase para abertura das propostas de preços, o licitante "A" apresentou denúncia diretamente ao Tribunal de Contas da União (TCU), informando o favorecimento à licitante "C", por parte de servidores da IES, e solicitando a suspensão da licitação. Considerando a natureza das funções constitucionais, legais e regimentais dos sistemas de controle interno e externo, é correto afirmar que:

- A) o TCU possui competência para suspender a licitação sem dar o contraditório e ampla defesa à IES e aos licitantes envolvidos.
B) a Controladoria Geral da União (CGU) possui competência para suspender a licitação.
C) a licitação somente pode ser suspensa por decisão judicial.
D) a denúncia deveria ter sido enviada à Auditoria Interna da IES que possui competência primária para a solução da questão.

27. Nos moldes da Instrução Normativa (IN) do tribunal de Contas da União (TCU) nº 63, de 1º de Setembro de 2010, que trata da elaboração do relatório de gestão por parte das unidades jurisdicionadas perante o TCU, é correto afirmar que:
- A) o Conselho Federal de Contabilidade está dispensado de apresentar relatório de gestão.
 - B) os programas de governo constantes do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual se enquadram como sujeitos à apresentação do relatório de gestão.
 - C) as empresas encampadas, sob intervenção federal, não são obrigadas a elaborar relatório de gestão, tendo em vista a natureza provisória da operação.
 - D) o Serviço Social do Comércio (SESC) não é considerado como unidade jurisdicionada do TCU, para efeitos de elaboração do relatório de gestão, tendo em vista o caráter particular das verbas por ele utilizadas.
28. Considere a seguinte situação hipotética: determinada Instituição de Ensino Superior (IES) abriu processo licitatório, do tipo menor preço, para compra de pinceis para uso diário em sala de aula de suas unidades acadêmicas. Na fase de abertura das propostas, os preços apresentados foram os seguintes: licitante “A” R\$ 30,00 p/caixa; licitante “B” R\$ 45,00 p/caixa; licitante “C” R\$ 50,00 p/caixa. O processo foi baixado em diligência, tendo a Comissão Permanente de Licitação (CPL) decidido, mediante parecer fundamentado, rejeitar a proposta do Licitante “A” e homologar/adjudicar a licitação à empresa “B”, sob o argumento de que os pinceis, consoante amostra apresentada, eram considerados de baixa qualidade. Nos moldes da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações), é correto afirmar, quanto à seleção da empresa para fornecimentos dos bens a serem comprados, que:
- A) o entendimento da CPL deve ser considerado irregular e revogada a decisão proferida.
 - B) o ordenador de despesa deve recusar a homologação da licitação por afronta ao princípio da legalidade e da igualdade, sob pena de se tornar corresponsável pela decisão da CPL.
 - C) não cabe à Comissão baixar o processo em diligência, visto não possuir tal prerrogativa.
 - D) o resultado da licitação atende aos pressupostos da Lei 8666/93.
29. A pandemia da Covid-19 fez com que órgãos da Administração Pública repensassem a permanência da quantidade de imóveis de que dispõem. A implantação do chamado “teletrabalho” impulsionou essa decisão. Considerando a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações), supondo que determinado órgão da Administração Pública Federal decida pela alienação da sua sede, é correto afirmar que:
- A) é considerada como condição a apresentação por parte da Administração Pública, da demonstração do interesse público, inclusive para instituições como a Petrobrás, Banco do Nordeste ou a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) para alienação do imóvel da questão.
 - B) à licitação em referência não se aplica o procedimento da investidura.
 - C) a modalidade de licitação adequada a ser empregada é o leilão.
 - D) sob nenhuma hipótese, é dispensada a licitação para venda de bens imóveis.
30. De acordo com o art. 74, inciso IV da Constituição Federal de 1988, o sistema de controle interno possui entre suas finalidades apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional. Marque a alternativa que condiz com o entendimento da norma constitucional mencionada.
- A) Subordinação, tendo em vista que todas as contas do Poder Executivo Federal são julgadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU).
 - B) Não se aplica ao TCU, eis que o detentor do controle externo na União é o Congresso Nacional.
 - C) Deferência, dada a importância do TCU frente ao controle interno, cujas atribuições constitucionais do tribunal, são mais amplas que aquelas estabelecidas ao controle interno.
 - D) Não é cabível à Controladoria-Geral da União apor sigilo à identificação de responsáveis perante o Tribunal de Contas da União (TCU).
31. A União descentralizou para o Município de Araponga do Sul a quantia de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), para construção de uma creche-escola. Realizado o processo licitatório, a execução foi adjudicada à construtora Honesta Ltda. O prazo de execução da obra foi estimado em 12 meses da data da celebração do contrato. Acerca da licitação, da execução da obra, da prestação de contas ao órgão descentralizador e da fiscalização dos recursos repassados, é correto afirmar que:
- A) a Controladoria Geral da União (CGU) pode fiscalizar a execução da obra, mesmo que o município participe com contrapartida financeira no empreendimento.
 - B) como os recursos foram repassados pela União, a fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU) é suplementar, ou seja, após a realização da auditoria da Controladoria Geral da União (CGU).
 - C) a fiscalização da Controladoria Geral da União (CGU) se limita à regularidade da prestação de contas, quanto à parte dos recursos descentralizados.
 - D) a Controladoria Geral da União (CGU) não tem competência para fiscalizar a licitação, a execução da obra e a prestação de contas da obra.

32. É um processo administrativo, instaurado pela autoridade administrativa competente, quando se configurar omissão no dever de prestar contas, a não comprovação da aplicação dos recursos repassados pela União, da ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiro, bens e valores públicos, ou, ainda, da prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao Erário:
- A) Prestação de Contas.
 - B) Relatório de Gestão.
 - C) Tomada de Contas.
 - D) Tomadas de Contas Especial.
33. Ao realizar auditoria nas contas de determinado ordenador de despesa da Administração Pública Federal, no exercício de 2021, auditores da Controladoria Geral da União (CGU) identificaram notas fiscais com numeração baixa (nota fiscal 002, nota fiscal 004 e nota fiscal 009). Em consulta ao sistema interno da CGU, percebeu-se que a empresa à qual se referiam as notas fiscais possuía mais de 10 anos de mercado. Em discussão interna, a equipe de auditoria deve adotar a seguinte técnica de auditoria, para verificar possível irregularidade na emissão das notas fiscais:
- A) análise documental.
 - B) confirmação externa.
 - C) correlação das informações obtidas.
 - D) conferência de cálculo.
34. Acerca da auditoria interna, nos moldes da Instrução Normativa nº 01, de 06 de Abril de 2001, da Secretaria Federal de Controle Interno, do Ministério da Fazenda, é correto afirmar que:
- A) a nomeação ou exoneração do titular da unidade de auditoria interna deve ser informada à unidade de controle interno que jurisdiciona a entidade.
 - B) no caso da UFC, está correta a subordinação da auditoria interna diretamente ao Reitor.
 - C) a auditoria interna da UFC possui competência normativa própria e não se sujeita à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.
 - D) subordina-se à Controladoria Geral da União.
35. Considere a seguinte situação hipotética: determinada equipe de auditoria de Instituição de Ensino Superior (IES), ao realizar auditoria constante do plano anual de auditoria do órgão, observou que foram adquiridos, para Unidade Acadêmica (UA) do Centro de Ciências, 15 aparelhos de ar-condicionado. A inspeção *in loco* possibilitou aos auditores constatarem que a capacidade dos equipamentos era superior à necessidade das salas de aula, gerando em decorrência disso aumento do consumo de energia na UA, muito embora a compra tenha sido realizada de acordo com o Edital 90/2021. Aberto o contraditório e ampla defesa ao diretor da UA, este argumentou que não cabia à Auditoria Interna este tipo de verificação, segundo a IN-SFC 01/2001, eis que a auditoria interna poderia realizar auditorias de regularidade da aplicação da norma legal, a qual não tinha sido infringida, segundo o relato da auditoria. Sobre a falta de competência da auditoria interna para realização da auditoria e as constatações da auditoria da situação hipotética, é correto afirmar que:
- A) realmente assiste razão ao diretor da Unidade Acadêmica, tendo em vista que a apuração de resultados não se encontra no rol de atribuições legais da unidade de auditoria.
 - B) a situação relatada na inspeção dos auditores se refere à auditoria de legalidade. No caso, deveriam determinar a aplicação das sanções concernentes.
 - C) a auditoria de que tratou o diretor é a auditoria operacional, passível de realização igualmente pelas unidades de auditorias internas do sistema de controle interno, por força de dispositivo constitucional.
 - D) a competência à qual se referiu o diretor da Unidade Acadêmica se refere à Controladoria Geral da União, que, por sua vez, pode delegá-la às auditorias internas.
36. Um governador foi eleito para o período compreendido entre 2021 e 2024. Durante os anos iniciais do mandato foram várias as dificuldades financeiras solucionadas, em parte, por excessos de arrecadação e por limitações de empenho. Considerando que, em 2024, desde o início do exercício houve necessidade de recursos para cobrir as despesas emergenciais, é correto afirmar, em relação à contratação de operações de crédito por Antecipação da Receita Orçamentária (ARO), que:
- A) não pode realizá-la, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
 - B) pode realizá-la, somente a partir do décimo dia do início do exercício.
 - C) deverá ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia 10 (dez) de dezembro de cada ano.
 - D) não pode realizar operação da mesma natureza enquanto não integralmente quitada a operação anterior.
37. Acerca dos princípios orçamentários, é correto afirmar que:
- A) o princípio da periodicidade, mundialmente, significa que o período de vigência do orçamento deve coincidir com o intervalo compreendido entre 01 de janeiro de 31 de dezembro do mesmo ano.
 - B) o princípio da universalidade determina que os gastos, tanto das empresas públicas quanto das sociedades de economia mista pertencentes ao Governo Federal, integrem a lei orçamentária da União.
 - C) o princípio do orçamento bruto não possibilita exceções quanto a sua aplicabilidade.
 - D) o princípio da exclusividade também é conhecido como pureza orçamentária.

- 38.** É condizente com a natureza do orçamento-programa:
- A) o aspecto incremental da peça orçamentária.
 - B) o questionamento das reais necessidades de cada área em cada período de elaboração do orçamento.
 - C) o elo entre o planejamento e as funções executivas da organização.
 - D) a imposição de gastos a partir das necessidades do Poder Legislativo.
- 39.** Acerca das leis orçamentárias e do processo orçamentário brasileiro é correto afirmar que:
- A) o prazo para envio e devolução das leis orçamentárias constantes na Constituição Federal de 1988 é o mesmo aplicável a todos os entes da federação.
 - B) é exigido o equilíbrio orçamentário para aprovação da lei orçamentária anual.
 - C) os valores das emendas individuais impositivas não integram o cálculo dos limites da despesa com pessoal ativo e inativo dos Municípios que as receberam.
 - D) o plano plurianual é uma lei orçamentária proposta pelos chefes dos poderes, com igual iniciativa constitucional entre eles.
- 40.** De acordo com a Lei nº 4.320, de 17 de Março de 1964, a fase ou etapa da receita que impõe que todas as receitas observarão o princípio da unidade de tesouraria, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais, refere-se à (ao):
- A) lançamento.
 - B) arrecadação.
 - C) recolhimento.
 - D) previsão.
- 41.** Considere a seguinte situação hipotética: determinada Instituição de Ensino Superior (IES) emitiu empenho para compra de mobiliário para uma de suas faculdades. Passado um mês da emissão do empenho, o fornecedor entregou os bens pactuados. Durante a fase de conferência, o chefe do almoxarifado percebeu que apenas parte do mobiliário se encontrava dentro das especificações exigidas. A parcela que atendeu aos ditames da Administração foi paga e a outra parcela, considerada fora dos padrões, foi devolvida e anulado o empenho respectivo. Quanto à parcela que atendeu às especificações, entende-se que foi cumprida a fase do(a):
- A) fixação.
 - B) empenho.
 - C) liquidação.
 - D) pagamento.
- 42.** Considere a seguinte situação hipotética: Instituição de Ensino Superior (IES) decidiu melhorar seu portfólio de receitas e abriu curso de mestrado profissional para a comunidade universitária mediante o pagamento mensal, por parte dos patrocinadores do curso, da quantia de R\$ 3.000,00 (três mil reais) mensais. Iniciado o curso, logo no primeiro mês, 3 (três) alunos de um total de 30 (trinta) deixaram de quitar o pagamento. No mês seguinte, outros 4 (quatro). No mês posterior, somente 1 (um). Em todos os meses, sempre havia um outro que não quitava a mensalidade. De acordo com o relato e considerando as disposições que tratam do assunto, qual deve ser a orientação da auditoria interna do órgão?
- A) As parcelas não pagas serão inscritas como restos a pagar.
 - B) O não pagamento dentro do exercício financeiro implicará a classificação como receita de serviços na proposta de orçamento para o ano seguinte, cuja cobrança ocorrerá neste.
 - C) A inscrição como dívida ativa ocorrerá pelo transcurso do prazo de pagamento de cada parcela não paga.
 - D) A receita será escriturada com dívida ativa tributária.
- 43.** O balanço orçamentário de determinada Instituição de Ensino Superior (IES) apresentou os seguintes montantes: Receita prevista R\$ 10.000,00; Receita arrecadada R\$ 11.500,00; Despesa Fixada R\$ 10.000,00; Despesa Empenhada R\$ 8.500,00; Despesa Liquidada R\$ 5.000,00 e Despesa Paga R\$ 2.500,00. Considerando os dados apresentados, marque a alternativa correta quanto às demonstrações contábeis aplicadas ao setor público.
- A) Pode-se afirmar, em relação ao balanço financeiro, que o montante das despesas orçamentárias será na ordem de R\$ 2.500,00.
 - B) O resultado financeiro foi na ordem de R\$ 3.000,00, ou seja, superavitário.
 - C) As receitas extraorçamentárias atingiram o patamar de R\$ 6.000,00.
 - D) O excesso de arrecadação foi oriundo das receitas correntes e o montante foi na ordem de R\$ 1.500,00.
- 44.** Com relação ao processo de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA), por parte do Poder Legislativo, é correto afirmar que:
- A) é possível que o Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA), que se encontre em equilíbrio, seja devolvido para fins de sanção por parte do chefe do poder executivo de forma desequilibrada.
 - B) todas as despesas constantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) podem ser objeto do escrutínio do parlamento, tanto para fins de aumento, quanto para diminuição em relação às previsões feitas.
 - C) há, no texto constitucional, prazo para a devolução ao Executivo do Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA), após os exames por parte do Poder Legislativo. A não devolução possui sanção de natureza constitucional.
 - D) a compatibilidade das emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) em relação ao Plano Plurianual (PPA) significa a consonância daquela a esse quanto às metas e prioridades da administração pública federal.

45. Considere a seguinte situação hipotética: a União realizou convênio com o Estado do Ceará para construção de viaduto, na ordem de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), com contrapartida Estadual na ordem de 10% (dez por cento) do valor estimado da obra. Durante a execução da obra, a equipe de auditoria foi destacada e, ao analisar os extratos da conta bancária do Convênio, percebeu que o gestor estadual fazia saques na conta corrente incompatíveis com os pagamentos dos boletins de medição e, em momento posterior, devolvia os valores à conta corrente do convênio. O auditor deve concluir, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.
- A) pela irregularidade da operação, pois houve a quebra do nexo de causalidade da utilização dos recursos.
 - B) pela inexistência de qualquer irregularidade, tendo em vista que os valores foram devolvidos à conta corrente do convênio.
 - C) por opinar com abstenção de opinião em relação às contas apresentadas frente ao achado identificado.
 - D) pela determinação da suspensão do convênio.
46. Considere a seguinte situação hipotética: determinado auditor governamental foi destacado para realizar auditoria operacional em programa de vacinação coletiva. Ao analisar dados fornecidos pelo gestor, observou que o indicador de atendimento encontrava-se bem inferior ao previsto no desenho do programa. Enquanto a previsão era de 90% da população assistida, os resultados indicavam somente 50% de atendimentos. Sobre a situação hipotética mencionada e as fases da auditoria (planejamento, execução e relatório), marque a alternativa correta.
- A) A situação encontrada é denominada de critério e deve ser objeto de avaliação do auditor para fins de confecção do relatório.
 - B) O indicador de 90% é denominado de condição e representa a situação esperada pelo auditor.
 - C) Tais nomenclaturas não são aplicáveis em auditorias operacionais, tendo em vista que o critério necessita de base legal para ser exigido.
 - D) A condição auxilia ao auditor identificar as possíveis causas da ocorrência dos eventos danosos ao desempenho do programa. Em razão disto, auxiliam na construção do nexo de causalidade.
47. Considere a seguinte situação hipotética: ao realizar auditoria de desempenho em Programa de Saúde da Família (PSF), o auditor identificou as seguintes questões: sistema de marcação de consultas que favorecia a fraudes, abandono dos plantões pelos médicos, inexistência de parte dos medicamentos necessários e condições precárias de atendimento à população (falta de materiais médico-hospitalares, consultórios mal iluminados e sujos). Tendo por base a situação hipotética mencionada, marque a alternativa correta.
- A) A situação descrita não se encontra entre as atribuições da auditoria interna dos órgãos da Administração Pública Federal.
 - B) Esta modalidade de auditoria consiste numa atividade de assessoramento ao gestor público, com vistas a aprimorar as práticas dos atos e fatos administrativos.
 - C) As técnicas de auditoria utilizadas nas auditorias operacionais ou de desempenho são as mesmas empregadas na de regularidade.
 - D) Os achados, nessa modalidade de auditoria, são denominados de irregularidades.
48. Considere a seguinte situação hipotética: destacada para realizar auditoria em unidade de Instituição de Ensino Superior (IES), equipe composta por dois auditores preparou o planejamento dos trabalhos como determinavam as regras internas da Instituição. Ao iniciar os trabalhos, observou-se a necessidade de refazer parte do planejamento, situação que foi rechaçada de imediato por um dos membros da equipe, sob o argumento de descaracterização do planejamento realizado. Tendo por base a situação hipotética mencionada, marque a alternativa correta quanto ao planejamento em auditoria.
- A) Assiste razão ao membro da equipe que se recusou a refazer o planejamento da auditoria.
 - B) Até 20% do planejamento pode ser refeito, sob pena de invalidá-lo e por sua vez comprometer a execução dos trabalhos.
 - C) Inexiste percentual ou situação específica para refazimento do planejamento. Basta que a equipe assim acorde para definição dos novos critérios frente às situações evidenciadas.
 - D) O planejamento pode ser refeito, desde que a auditoria ainda não tenha sido iniciada, sob pena de vir a ser questionado pelo auditado.
49. A *accountability* é um dos atributos do modelo de governança pública adotado pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Ao avaliar este atributo no âmbito das políticas públicas, o auditor deve ter em mente que:
- A) agrega uma maior quantidade e qualidade de informações disponíveis, além de facilitar o senso de pertencimento e de responsabilidade coletiva.
 - B) é considerada boa prática a definição, de forma clara, dos procedimentos e regulamentos afetos a gestão da estrutura interna de governança.
 - C) as organizações colaboradoras devem trabalhar em conjunto para definir e concordar sobre seus respectivos papéis e responsabilidades.
 - D) é considerada boa prática a designação de um único oficial superior responsável pelo estabelecimento de políticas e diretrizes para a gestão da organização e pelo alcance dos resultados previstos.

- 50.** Os papéis de trabalho orientam o auditor na execução da auditoria. Sobre o assunto, é correto afirmar que:
- A) as filmagens recebidas pelo auditor e por ele solicitadas, mesmo após o término da auditoria mediante diligência, são papéis de trabalho.
 - B) os papéis de trabalho devem conter as seguintes informações: nome da entidade, identificação do objeto auditado, título e objetivo, unidade utilizada na apresentação dos valores e origem das informações; critérios de seleção aplicado na escolha da amostra, data-base das informações ou período abrangido e seu tamanho e comentários.
 - C) a equipe deve utilizar papéis de trabalho de terceiros na execução da auditoria.
 - D) de acordo com normas de auditoria mais atuais, o auditor pode submeter seus papéis de trabalho ao auditado. Isto facilita o processo de execução da auditoria.
- 51.** O monitoramento consiste em prática recente empregada na auditoria governamental. Quanto ao tema, é correto afirmar que:
- A) o cumprimento formal de deliberações específicas está no centro do monitoramento.
 - B) o monitoramento pode ensejar a aplicação de sanções, tanto por parte do sistema de controle interno, quanto do controle externo, caso o gestor se recuse a cumprir orientações emitidas.
 - C) pode a alta administração decidir em não adotar as recomendações emitidas pela unidade de auditoria.
 - D) as recomendações objeto de monitoramento não são objeto de cancelamento.
- 52.** Considere a seguinte situação hipotética: a Controladoria Geral do Estado “A” recebeu denúncia de que empresa contratada para sanitização de ruas da capital havia descentralizado integralmente a realização dos serviços contratados, em desacordo com o contrato assinado entre as partes. O contrato foi assinado em março de 2021, os serviços serão executados até dezembro de 2021, a denúncia foi apresentada em agosto de 2021 e a auditoria autorizada para ser realizada em outubro de 2021. Em diligência preliminar, as notas fiscais constantes dos processos de pagamento não identificaram a terceirização mencionada, razão pela qual o auditor foi designado para verificar se os serviços foram realizados pela empresa terceirizada apontada na denúncia. Dentre as técnicas de auditoria, qual a adequada para evidenciar se ocorreu ou não a terceirização objeto da denúncia?
- A) Inspeção.
 - B) Confirmação Externa.
 - C) Observação.
 - D) Indagação.
- 53.** Marque a alternativa correta quanto à linha de defesa na qual as Secretarias de Controle Interno (CISSET) exercem a função de auditoria interna.
- A) 1ª linha de defesa.
 - B) 2ª linha de defesa.
 - C) 3ª linha de defesa.
 - D) 4ª linha de defesa.
- 54.** No sistema de gerenciamento de risco modelado para o Poder Executivo Federal, a responsabilidade pelo processo, no caso da Universidade Federal do Ceará (UFC), cabe à:
- A) Auditoria interna.
 - B) Alta Administração.
 - C) Controladoria Geral da União (CGU).
 - D) Secretaria Federal de Controle (SFC).
- 55.** Consiste em inovação da Lei de Responsabilidade Fiscal quanto à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO):
- A) equilíbrio entre receitas e despesas.
 - B) estabelecimento da política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
 - C) concessão de aumento de vantagem e/ou aumento de remuneração para a Administração Pública Federal.
 - D) avaliação da situação financeira e atual do patrimônio líquido.
- 56.** No tocante ao processo de escrituração e consolidação das contas públicas, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, é correto afirmar que:
- A) a disponibilidade de caixa constará de registro próprio e consolidado, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada e conjunta.
 - B) as receitas e despesas previdenciárias serão apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos.
 - C) no caso das demonstrações conjuntas, excluir-se-ão as operações intergovernamentais.
 - D) a despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de caixa, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de competência.

-
57. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária. Sobre o assunto, é correto afirmar que:
- A) essa regra se contrapõe ao que foi definido na Constituição Federal de 1988 sobre o assunto.
 - B) se refere às normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
 - C) pode ser excepcionado para a abertura de créditos adicionais.
 - D) deve compatibilizar-se com a lei orçamentária anual.
58. Auditor designado para realizar auditoria em operação de crédito externa contratada pelo órgão, identificou o pagamento de juros em quantia superior a estabelecido no contrato de empréstimo, por erro de cálculo da contabilidade da entidade. É correto afirmar que a irregularidade deve ser tratada no relatório do auditor como:
- A) evidência.
 - B) achado de auditoria.
 - C) critério.
 - D) prova de auditoria.
59. Ao realizar auditoria nas contas de determinado agente público, o auditor observou que o titular do órgão possuía nível de parentesco de 1º grau com o agente. Sobre o processo de auditoria, é correto afirmar que:
- A) pode continuar a auditoria, visto que o impedimento deve ser informado ao supervisor, caso haja, logo no início do procedimento e não mais durante a execução.
 - B) fere a independência e a autonomia funcional do auditor.
 - C) está relacionado ao interesse público e, como tal, deve retratar a situação ao supervisor da equipe para adoção das medidas cabíveis.
 - D) tem a ver com a autonomia profissional, podendo afetar o seu desempenho.
60. O risco é conceituado, de acordo com a Instrução Normativa Conjunta nº 01, de 10 de Maio de 2016, da Controladoria Geral da União e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, como:
- A) o nível de risco que uma organização está disposta a aceitar.
 - B) a possibilidade de ocorrência de um evento que venha a ter impacto no cumprimento dos objetivos.
 - C) quaisquer atos ilegais caracterizados por desonestidade, dissimulação ou quebra de confiança. Estes atos não implicam o uso de ameaça de violência ou de força física.
 - D) a estimativa da importância de um risco e calcular a probabilidade e o impacto de sua ocorrência.

FOLHA DE RASCUNHO

FOLHA DE RASCUNHO
